

## Gestão dos cursos a distância no Instituto Federal de Santa Catarina

### *Management of online learning courses at the Federal Institute of Santa Catarina*

**Recebido:** 30/03/2023 | **Revisado:** 31/10/2023 | **Aceito:** 09/11/2023 | **Publicado:** 20/11/2024

**Clara Karolinne de Araujo Virginio Fragoso**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2727-5592>

Instituto Federal de Santa Catarina  
E-mail: [contatoclarafragoso@gmail.com](mailto:contatoclarafragoso@gmail.com)

**Maria da Glória Silva e Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8145-5853>

Instituto Federal de Santa Catarina  
E-mail: [maria.gloria@ifsc.edu.br](mailto:maria.gloria@ifsc.edu.br)

**Pâmala Évelin Pires Cedro**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2888-1140>

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
E-mail: [pamalaevelinpires@hotmail.com](mailto:pamalaevelinpires@hotmail.com)

**Manassés dos Santos Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8730-2180>

Universidade Estadual de Feira de Santana  
E-mail: [manasses.tec@hotmail.com](mailto:manasses.tec@hotmail.com)

**Como citar:** FRAGOSO, C. K. A. V.; SILVA, M. G. S.; CEDRO, P. E. P.; SILVA M. S. Gestão dos cursos a distância no Instituto Federal de Santa Catarina. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 3, n. 24, p.1-20 e15210, nov. 2024. ISSN 2447-1801. Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

#### Resumo

A integração da Educação a Distância (EaD) ao processo de expansão dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil foi viabilizada por meio de instrumentos normativos. O objetivo deste estudo foi analisar os processos que norteiam a gestão de cursos na modalidade EaD do Instituto Federal de Santa Catarina. A partir de uma pesquisa de levantamento bibliográfico de abordagem qualitativa e quantitativa, do tipo descritiva e exploratória, buscou-se compreender o conceito de Gestão Pública, dentro do viés democrático, de modo a explorar documentos - Estatuto, Regimento Geral e Plano de Desenvolvimento Institucional - que estruturam a gestão dos cursos EaD ofertados pelo IFSC. Além disso, foi elaborado um quadro atualizado dos cursos ofertados pelo IFSC na modalidade a distância no ano de 2022 em seus respectivos Núcleos de Educação a Distância.

**Palavras-chave:** Educação a Distância; Educação Profissional e Tecnológica; Gestão Pública; Institutos Federais; Gestão Democrática.

#### Abstract

The integration of Distance Education (EaD) into the expansion process of the Federal Institutes of Professional and Technological Education in Brazil was made possible through normative instruments. The objective of this study was to analyze the processes that guide the management of distance education courses at the Federal Institute of Santa Catarina. Through a qualitative and quantitative descriptive and exploratory literature review, an attempt was made to understand the concept of Public Management within a democratic framework in order to explore documents - Statute, General Regulations, and Institutional Development Plan - that structure the management of the distance education courses offered by IFSC. Additionally, an updated list of the courses offered by IFSC in the distance education modality in the year 2022 at their respective Distance Education Centers was compiled.

**Keywords:** Online Learning; Professional and Technological Education; Public Management; Federal Institutes; Democratic management.

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EaD) no Brasil foi estimulada na educação profissional em instituições públicas em 2008 pelo governo federal através do Edital nº 01/2007/SEED/SETEC/MEC. Foi neste período que iniciou a Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil), cujo objetivo era buscar a democratização do acesso aos cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos no país. No primeiro ano de implantação, o e-Tec Brasil ofertou 48 cursos gratuitos e a distância em 193 polos presenciais, atendendo aproximadamente 23 mil alunos (JOYE; ARAÚJO, 2019).

Cumpra também mencionar que há autores que sustentam a compreensão do trabalho enquanto princípio educativo e cultural no contexto das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (NETO; AZEVEDO; ARIDE, 2018). Assim, os Institutos Federais (IFs) ofertam diferentes cursos de qualificação profissional, cursos de nível médio-técnico, superior e especializações (presenciais e a distância), considerando as necessidades regionais.

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) em 2018, registrou mais de 8 mil matrículas em cursos na modalidade EaD, sendo destas, mais de 5 mil em ofertas próprias e os demais por meio de programas com fomento externo. Deste modo, visando a valorização da educação a distância, consta no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSC a intenção de até 2024, estruturar os campus para tornarem-se Núcleos de Ensino a Distância (PDI IFSC, 2020).

A gestão pública da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica possui documentos norteadores que servem como instrumentos da governança corporativa, são eles: o PDI, o Estatuto, o Regimento Geral e o Regimento dos campus. No âmbito do IFSC, houve adequação desta estrutura organizacional para oferta de cursos a distância.

A pertinência desta pesquisa se justifica por registrar e trazer a público a experiência de gestão aplicada aos cursos à distância do IFSC, uma vez que essa gestão está pautada em elementos fundamentais para uma gestão pública democrática.

Neste contexto, a partir de uma pesquisa de metodologia exploratória, este estudo tem como objetivo tomar conhecimento acerca dos processos que norteiam a gestão de cursos na modalidade EaD no IFSC.

## 2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS ACERCA DA GESTÃO DOS CURSOS EAD NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)

Com o avanço das tecnologias, “um conjunto de ações de ensino-aprendizagem são desenvolvidas por meio de meios telemáticos, como a internet, a videoconferência e a teleconferência” (MORAN, 2011, p. 41). A EaD apresenta uma importante função social na democratização do ensino, uma vez que, diante da flexibilização do tempo e da localização geográfica na gestão dos estudos, consegue atingir públicos diversos (VEIGA; OLIVEIRA, 2020).

Este cenário de inserção das tecnologias digitais na educação se integra ao momento histórico de ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Durante o período de 2004 a 2016, houve uma política de expansão dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica que iniciou o processo de interiorização, com a criação de novos polos em diferentes cidades e estados brasileiros (SOARES; MENENDEZ; MENENDEZ, 2021).

Atualmente, os IFs localizados no Brasil são autorizados a ofertar cursos na modalidade a distância e a oferta deve ser inserida na estrutura organizacional dessas instituições.

No que compete à Gestão Pública dos IFs, esta deve ser guiada pelo viés democrático, obedecendo aos próprios princípios e fins da Educação Nacional previstos no art. 3º, inciso VIII da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em compromisso com a participação da comunidade escolar e respeitando o interesse público em suas decisões.

Para a compreensão geral do tema em análise, faz-se importante resgatar a origem e a aplicação dos seguintes conceitos e tópicos: Educação a Distância, Educação Profissional e Tecnológica, Institutos Federais, Instituto Federal de Santa Catarina e Gestão Pública em Institutos Federais.

## 2.1 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

No contexto brasileiro, o marco inicial de utilização da EaD é atribuído às chamadas Escolas Internacionais, instituições privadas, que representavam organizações norte-americanas, que em 1904 passaram a ofertar cursos por correspondência. Em 1936, há registros de utilização da radiodifusão com fins educativos pela Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Em 1939, foi criado o Instituto Universal Brasileiro para oferta de cursos técnicos profissionalizantes por correspondência. Além disso, em 1961, a Secretaria de Educação de São Paulo passou a oferecer cursos preparatórios para o ingresso no ensino médio através da TV (SANTOS, 2008).

O desenvolvimento tecnológico alinhou-se com a evolução da EaD. Em 1996, a LDB estabeleceu, em seu art. 80, o incentivo do Poder Público ao desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada (BRASIL, 1996).

Em 25 de maio de 2017, o Decreto nº 9.057, regulamentou que a educação básica<sup>1</sup> e superior poderá ser ofertada na modalidade a distância, observadas as condições de acessibilidade que devem ser asseguradas nos espaços e meios utilizados. Além de pormenorizar, o conceito atual de EaD:

[...] considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e

---

<sup>1</sup> Com a devida atenção ao art. 32, §4º da LDB o qual estabelece que o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017).

O Brasil possui atualmente uma base legal para a oferta de cursos a distância, inclusive nos IFs. Diante das principais vantagens da EaD, destaca-se a:

[...] capacidade de transpor barreiras e alcançar os estudantes nas mais diferentes localidades do mundo, permitindo contemplar os sujeitos que residem, muitas vezes, em localidades de difícil acesso”, e assim, “é preciso que as instituições de ensino pensem suas ofertas de acordo com as necessidades existentes nos municípios e do público ao qual se apresenta (SOLIGO, 2021, p.112).

Considerando o papel do poder público em garantir os direitos sociais por meio de políticas públicas sociais que tragam dignidade e melhor qualidade de vida à população, faz-se necessário a expansão da educação superior, com qualidade acadêmica e social, que inclua a EaD pública, gratuita e inclusiva (OLIVEIRA; LIMA, 2022).

### **2.1.1. Institucionalização da educação a distância**

A expansão da EaD é precedida por uma série de processos que compreendem a gestão dos cursos a distância. Os níveis de mobilização, implementação, institucionalização, avaliação, monitoramento e indicadores podem ser utilizados para estruturar a gestão democrática da EaD no contexto das instituições públicas.

Deste modo, partimos dos seguintes pressupostos:

[...] a institucionalização é o processo que incorpora aprendizagens e rotinas, estruturas e procedimentos de um determinado local. Para isso, destacam-se três fases de seu processo de institucionalização: mobilização, implementação e institucionalização, que não possuem uma ordem pré-estabelecida, podendo, inclusive, serem desenvolvidas concomitantemente. A mobilização é o momento em que o objeto é preparado/planejado para mudança de ser incorporado nas ações dos indivíduos e grupos de uma instituição e na sua rotina de trabalho. Na implementação, coloca-se em prática um conjunto de ações, atividades, estruturas e infraestruturas para que a mudança prevista ou o objeto em questão seja introduzido na instituição. A institucionalização ocorre quando o objeto é incorporado à cultura da instituição e essa aceita os valores, normas e procedimentos necessários para o desenvolvimento do objeto na mesma (LIMA e CRUZ, 2022, p. 53).

Para que a EaD possa ser considerada institucionalizada, é preciso transformá-la “em parte” do contexto institucional, assim como nos cursos presenciais, e não “à parte” dele (LIMA e CRUZ, 2022).

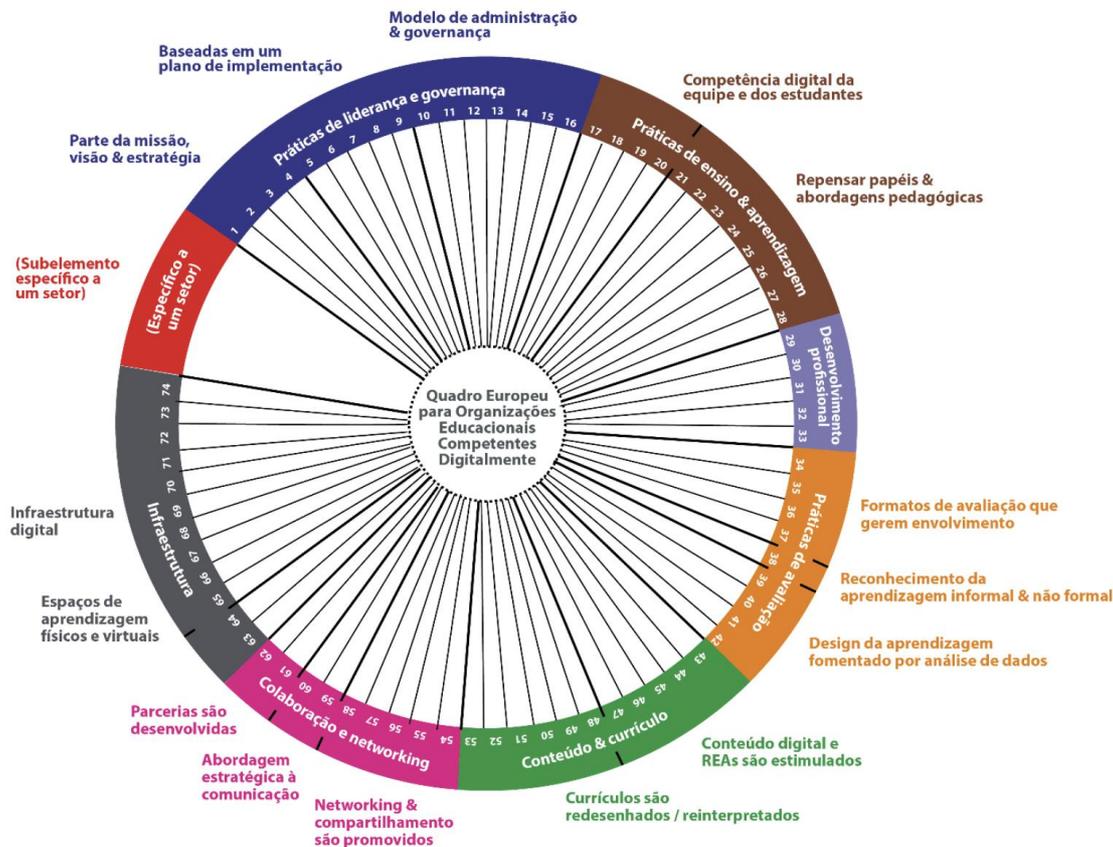
As políticas de institucionalização fornecem uma estrutura para o desenvolvimento da EaD. Consistem em um conjunto de regras consensuadas que indicam papéis e responsabilidades.

Dentre as dimensões da institucionalização da EaD é possível citar o planejamento, a organização, a infraestrutura, o pessoal e os serviços ao estudante (NUNES, SILVA e CAMPOS, 2021, p.7). Entre as ações das Instituições de Ensino Superior (IES) avançadas nos processos de institucionalização da EaD, conforme Ferreira e Carneiro (2015), pode-se elencar: inserção de uma política de EaD no Plano Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI); aprovação de regimento da modalidade para a oferta de cursos de graduação; oferta de cursos de extensão; editais para a oferta de disciplinas e fomento para pesquisas; vagas de monitoria; e utilização de plataforma virtual integrada com dados do sistema acadêmico. A oferta de disciplinas a distância nos cursos presenciais é uma outra estratégia que tem resultado em uma experiência significativa a ser considerada.

Quanto à avaliação e monitoramento da gestão da EaD, os documentos norteadores conferem indicadores e parâmetros para monitoramento e avaliação da efetividade das ações desenvolvidas.

Entre os indicadores de desenvolvimento de competências digitais das organizações educacionais se destaca o *framework*, chamado *selfie* da escola, usado pelo instrumento DigCompOrg. Na programação, um *framework* é um conjunto de códigos genéricos capaz de unir trechos de um projeto de desenvolvimento. O Quadro Europeu de Competência Digital para Organizações Educacionais ou DigCompOrg (Figura 1) foi desenvolvido pela Comissão Europeia para funcionar como um guia de autorreflexão do progresso da instituição em relação à incorporação e ao desenvolvimento de tecnologias. Este *framework* dirige-se a todas as organizações educativas que pretendem promover a inovação de processos e práticas com integração das tecnologias digitais.

**Figura 1:** Quadro Europeu de Competência Digital para Organizações Educacionais: DigCompOrg



Fonte: European Commission – EU Science Hub.

Disponível em: [https://joint-research-centre.ec.europa.eu/european-framework-digitally-competent-educational-organisations-digcomporg/digcomporg-framework\\_en](https://joint-research-centre.ec.europa.eu/european-framework-digitally-competent-educational-organisations-digcomporg/digcomporg-framework_en)

Da mesma maneira, o referido quadro propõe a capacitação dos formuladores de políticas para projetarem, implementarem e avaliarem programas, projetos e intervenções para a integração de tecnologias e aprendizagem digital aos sistemas de treinamento e educação. Para este fim, o *framework* DigiCompOrg, está subdividido em sete elementos essenciais: práticas de liderança e governança; práticas de ensino e aprendizagem; desenvolvimento profissional; práticas de avaliação; conteúdo e currículos; colaboração e networking; e infraestrutura. Veremos sua aplicabilidade na Figura 2, no item 4, referente aos Resultados e Discussão.

## 2.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Educação Profissional e Tecnológica, assim como a EaD, é uma modalidade prevista no Capítulo III da LDB, integrando-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

Há novos delineamentos acerca da compreensão dos objetivos da educação profissional e tecnológica no Brasil, uma vez que passou a ser vista como promotora

da compreensão do trabalho enquanto princípio educativo e cultural. Nesta perspectiva, não seria entendida apenas como uma formação executora laboral, mas também como formação integral do trabalhador. Isto porque estaria voltada para um saber científico, tecnológico e cultural atento ao pensamento crítico e às políticas sociais e econômicas destinadas ao setor produtivo em cada localidade. Nesta compreensão, a Educação Profissional e Tecnológica não se restringe a saberes mecanicistas, ao invés disso se compromete com uma formação com foco na ciência e tecnologia, na confluência de conhecimentos, saberes e competências mais abrangentes (NASCIMENTO; RODRIGUES, 2014).

Esta perspectiva segue direcionando o trabalho dos IFs em todo o país, especialmente por estarem autorizados a ofertar não somente nível médio técnico, mas também cursos de qualificação profissional, licenciaturas, bacharelados e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

### 2.3. INSTITUTOS FEDERAIS

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil. Este instrumento normativo cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, definindo-os como Instituições de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008).

Deste modo, cumpre ressaltar que:

As Políticas Públicas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de nível médio, estão materializadas nas redes particular, estadual, municipal e federal. A rede federal de ensino, aqui representada pelos IFs, se destaca por ter em seus fundamentos legais o conceito de educação profissional. A concepção dessa modalidade de ensino que orienta a ação dos IFs considera a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. Essa concepção baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, na possibilidade de proporcionar a esse homem a construção da autonomia intelectual (FERREIRA; SILVA, 2019, p.15).

Neste contexto, são objetivos dos IFs ministrar a educação profissional e técnica de nível médio, prover a formação inicial e continuada de trabalhadores, realizar pesquisas aplicadas, desenvolver atividades de extensão, estimular a geração de trabalho e renda, além de ministrar a educação em nível superior, contemplando cursos superiores de tecnologia, licenciatura, bacharelado e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* (BRASIL, 2008).

Assim, os IFs possuem autonomia para a criação de cursos e registros de diplomas, nos limites de sua área de atuação territorial, mediante autorização de seu

Conselho Superior, aplicando-se legislação específica no caso da oferta de cursos a distância (BRASIL, 2008).

### 2.3.1. Instituto Federal de Santa Catarina

O IFSC, foi criado em 1909 pelo Presidente Nilo Peçanha, através do Decreto 7.566/09, com o nome de Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina. Em 1968, com a portaria ministerial nº 331, tornou-se Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC). Em 1999, o IFSC, através do campus São José, ofertou pela primeira vez o Curso Básico em Refrigeração a distância, inaugurando uma estratégia de ensino que tem crescido nos últimos anos, em especial com os avanços das tecnologias digitais e com o amparo legal de sua oferta (IFSC, 2022).

Após aprovação da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, passou ao status de CEFET-SC. Em 2008, com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, formada por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Assim, o CEFET-SC transformou-se em IF e atualmente oferta cursos em mais de 30 polos de apoio presencial em Santa Catarina e nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo (IFSC, 2022).

## 2.4 GESTÃO PÚBLICA EM INSTITUTOS FEDERAIS

Entende-se por Gestão Pública a participação da sociedade civil organizada através de iniciativas como associação de moradores, clubes de mães, grupos religiosos, movimentos sindicais e sociais, ou seja, a comunidade auxiliando na tomada de decisão junto ao poder público em um contexto democrático (NUNES; CAFFÉ FILHO, 2019).

Deste modo, a gestão das organizações públicas está pautada no interesse público, ou seja, nas necessidades da sociedade. Com este fim, o planejamento estratégico das instituições públicas perpassa por vários caminhos, entre eles, o planejamento orçamentário composto pelo Plano Plurianual (PPA), pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e outros instrumentos normativos que asseguram a eficácia das ações das instituições públicas.

Além disso, a gestão pública da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica está pautada em alguns documentos normativos fundamentais como: o PDI, o Estatuto, o Regimento Geral e o Regimento dos campi.

Seguindo os pressupostos da LDB, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs), a gestão do ensino público no Brasil deve ocorrer de forma democrática. Esta é, inclusive, a 19ª Meta da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) e traz a especificidade da gestão democrática, como algo primordial para a constituição de uma educação pública de qualidade em todo o território nacional.

A gestão pública e democrática deve estimular movimentos de formação continuada de todos os profissionais da educação, incluindo todos os trabalhadores

do espaço escolar, “para que seja compreendido que todos, sem exceção, são partes dos processos que convergem no ensino do educando, assim as práticas democráticas são, essencialmente, participativas” (URBANETZ; BASTOS, 2021, p. 926). Entende-se, portanto, que também os IFs são regidos e se beneficiam da gestão democrática.

Porém, a gestão dos IFs perpassa por outros instrumentos legais essenciais, tais como os princípios constitucionais da Administração Pública - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência - além da observação ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e a Controladoria Geral da União (CGU) que instituíram a Instrução Normativa Conjunta (INC) 01/2016, dispondo sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal (VITARELLI et al., 2021).

A gestão pública dos IFs está também pormenorizada em seu PDI, que considera a identidade da instituição para o estabelecimento de objetivos, metas e estratégias para suas ações em um horizonte de cinco anos.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste estudo, optou-se pela trilha metodológica pautada na pesquisa do tipo exploratória-descritiva através do levantamento bibliográfico e documental de abordagens qualitativa e quantitativa, mediante coleta de dados em periódicos publicados no período entre 2018 a 2022 atinentes ao tema da gestão pública com foco nos cursos à distância ofertados pelo IFSC, além da análise de documentos públicos disponibilizados no Portal do IFSC (Estatuto, Regimento Geral e Plano de Desenvolvimento Institucional), datados no intervalo entre 2009 e 2020.

A pertinência dos procedimentos metodológicos adotados pode ser evidenciada, uma vez que GIL (2010, p. 41-42) define como pesquisas exploratórias aquelas que tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, envolvendo, na maioria das vezes, levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão; enquanto que as pesquisas descritivas tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou ainda o estabelecimento de relações entre variáveis, (...) habitualmente realizadas em conjunto por pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.

Deste modo, através do Portal do IFSC buscou-se analisar como a EaD está posicionada nos documentos que norteiam a governança corporativa, são eles: o PDI e o Estatuto da Instituição e o Regimento Geral. A partir destes dados, iniciou-se um mapeamento da gestão dos cursos à distância na sede do IFSC. Tal mapeamento pretende elencar os cursos atualmente disponíveis na modalidade EaD, a forma como ocorre a sua oferta, a quantidade de polos de apoio presenciais, as formas de ingresso, a organização do corpo docente, bem como demais aspectos que competem à gestão pública do IFSC.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os instrumentos normativos basilares para a organização institucional do IFSC tratam sobre aspectos importantes da gestão dos cursos EaD. O seu Estatuto, aprovado através da Resolução nº 028/2009/CS, em seu art. 1º, §3º, estabelece os campi que fazem parte do Instituto e prevê a criação de polos de ensino a distância a partir de programas de expansão da Rede Federal.

O Regimento Geral do IFSC, resultado da Resolução nº 54/2010/CS, estipula a estrutura organizacional básica, composta por: Órgãos Superiores da Administração, Órgão Executivo e de Administração Geral, Órgãos de Assessoramento, Órgão de Controle, Procuradoria Federal, Órgãos de Atividade Finalística, Órgãos de Assessoramento das Diretorias-Gerais dos campi e Polo de Inovação. Em 2014 foi incluído aos Órgãos de Atividade Finalística o Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (CERFEAD).

Em 2016, foi adicionado ao Regimento Geral, como competência do Diretor de Gestão de Pessoas, fomentar, articular e encaminhar demandas de formação da área de gestão pública em Instituição de Ensino, internas à instituição, em articulação com a Pró-Reitoria de Ensino, para o Centro de Referência em Formação e Educação a Distância. Este documento também estabeleceu as competências do Diretor do CERFEAD, do Chefe do Departamento de Formação e do Chefe do Departamento de Educação a Distância.

Art. 47-E. Compete ao Chefe do Departamento de Educação a Distância: (Incluído pela Resolução 08/2014/CONSUP) I. Propor, discutir e desenvolver as políticas para a modalidade de educação a distância; II. Estabelecer processos e fomentar a criação de condições objetivas para a organização e o desenvolvimento da modalidade em todos os níveis educacionais; III. Apoiar os câmpus e o Departamento de Formação nos processos de criação, reestruturação, extinção, cadastramento e reconhecimento de cursos; IV. Fomentar a realização de eventos científicos relacionados à modalidade a distância; V. Promover uma visão sistêmica do IFSC, visando à consolidação das políticas institucionais com o desenvolvimento local e regional; VI. Normatizar, supervisionar e acompanhar os processos de ensino relativos à modalidade em todos os níveis educacionais; VII. Promover a avaliação das ofertas em educação a distância; VIII. Acompanhar a formação continuada do pessoal docente e técnico-administrativo relacionado à modalidade de educação a distância IX. Fomentar a implantação de políticas e programas de educação a distância, visando à democratização do acesso à educação, à informação, ao conhecimento e à interiorização da oferta de vagas; X. Prestar apoio e assessoria aos campus em assuntos relativos ao seu departamento. XI. Representar a Diretoria do Centro de Referência em Formação e Educação a Distância quando se fizer necessário. (Regimento Geral IFSC, 2014).

Estas competências atribuídas ao Chefe do Departamento de EaD coadunam com as estratégias futuras a serem adotadas pela Instituição nos próximos anos, uma

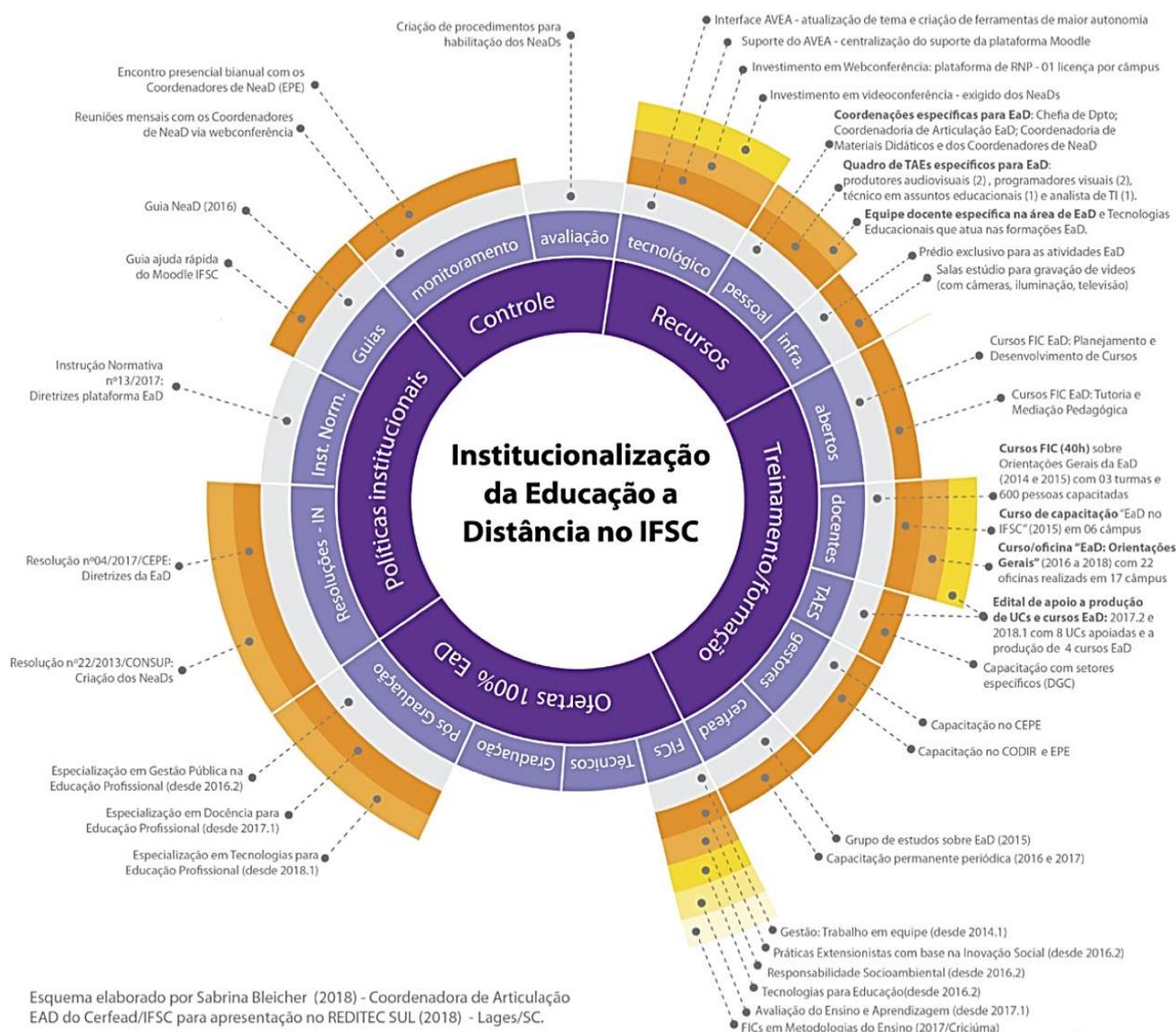
vez que os objetivos e metas do PDI do IFSC incluem o fomento da EaD. Além disso, este mesmo documento ressalta que esta modalidade de ensino detém uma equipe multidisciplinar, especialmente destinada para a produção de materiais didáticos que apresentam dialogicidade, interatividade e viabilizem uma aprendizagem colaborativa entre os alunos (PDI IFSC, 2020).

O PDI do IFSC, aprovado pela Resolução do Conselho Superior (CONSUP) nº 07 de 04/03/2020, foi construído de forma colaborativa e se subdivide em Capítulos que versam sobre: perfil institucional; organização administrativa; projeto pedagógico institucional; educação a distância; capacidade e sustentabilidade financeira; planejamento estratégico institucional; plano de oferta de cursos e vagas; organização e gestão de pessoal; infraestrutura; e acompanhamento e avaliação do desenvolvimento institucional (IFSC, 2020).

O CONSUP – órgão consultivo e deliberativo do IFSC, composto por docentes, discentes, técnicos-administrativos, diretores-gerais do campus, bem como a sociedade civil, Secretaria de Estado da Educação, Fundação de Pesquisa do Estado de Santa Catarina e Ministério da Educação, sob a presidência do reitor – em 2014 criou o CERFEAD, vinculado à Pró-reitoria de Ensino, visando possibilitar ao campus a ampliação e consolidação da oferta formativa por meio da EaD.

Em 2018, foi sediado no IFSC, em Lages/SC a Reunião dos Dirigentes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Sul (REDITEC SUL), que reuniu reitores, pró-reitores, diretores gerais e diretores sistêmicos dos IFs do Paraná (IFPR), de Santa Catarina (IFSC e IFC) e do Rio Grande do Sul (IFFar, IFSul e IFRS). O tema do evento foi “Impacto dos Institutos Federais no Desenvolvimento Regional: Interiorização, inclusão e transformação”, reafirmando este compromisso da Rede Federal em expandir e democratizar o ensino público de qualidade.

**Figura 2:** Esquema de Institucionalização da Educação à Distância (EaD) no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) apresentado na Reunião dos Dirigentes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Sul (REDITEC SUL) 2018.



Fonte: IFSC, Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024. Ano 2020  
Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/pdi> Acesso em: 26 de outubro de 2022.

A institucionalização da EaD no IFSC desencadeou uma série de processos internos, essencialmente delimitados no esquema a seguir, elaborado em 2018 pela Coordenadora de Articulação EaD do CERFEAD/IFSC para apresentação na Reunião dos Dirigentes dos Institutos Federais da Região Sul (Figura 2), posteriormente incorporado ao PDI do IFSC.

A Figura 2 demonstra reflexões e ações articuladas pelo CERFEAD/IFSC no período de 2014 a 2018 para desenvolvimento da educação a distância no âmbito das

políticas institucionais, das ofertas, do controle, dos recursos e da formação. No que diz respeito às políticas institucionais, destaca o estabelecimento de guias e diretrizes. Em relação às ofertas, destaca o desenvolvimento de alguns cursos com recursos próprios, para além daqueles financiados por programas de fomento como Universidade Aberta do Brasil e E-tec. Sobre o controle das ações institucionais, indica o monitoramento e a avaliação, por meio de reuniões periódicas e criação de instrumentos de habilitação dos câmpus para a oferta de cursos. Quanto à dimensão dos recursos, revela os investimentos realizados em tecnologia, pessoal e infraestrutura. Por fim, a Figura 2 destaca os principais investimentos realizados pelo CERFEAD para o desenvolvimento da educação a distância, que se concentraram nas ações de formação dos servidores docentes, técnicos administrativos e coordenadores dos núcleos de educação a distância dos campus.

A criação do CERFEAD viabilizou a implantação dos Núcleos de Educação a Distância (NEAD) que são espaços destinados ao desenvolvimento de atividades pedagógicas e administrativas relativas à oferta dos cursos à distância em cada campus. Até 2019, dos 22 campi do IFSC, 19 foram credenciados como NEAD, mas o intuito é estruturar todos os campi até 2024, conforme a Resolução CONSUP n° 07 de 2020 que aprovou o PDI do IFSC com metas para o período de 2020 a 2024.

Os 19 campi credenciados como NEAD são: Criciúma, Lages, Palhoça Bilíngue, Canoinhas, Gaspar, São Miguel do Oeste, Araranguá, Caçador, Chapecó, Florianópolis, Garopaba, Itajaí, Jaraguá do Sul-Centro, Joinville, Xanxerê, Tubarão, Florianópolis-Continente, São Carlos e Urupema. Além dos NEAD, o IFSC conta com 23 polos credenciados para oferta de cursos com fomento no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), são eles: Araranguá, Blumenau, Braço do Norte, Caçador, Campos Novos, Canelinha, Criciúma, Florianópolis, Indaial, Itajaí, Itapema, Jaraguá do Sul, Joinville, Laguna, Otacílio Costa, Palhoça, Palmitos, Ponte Serrada, Quilombo, São José, São Miguel do Oeste, Treze Tílias e Tubarão.

Dados da Plataforma Nilo Peçanha do ano de 2021 (PNP, 2022), mantida pela SETEC/MEC, informam que o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), além de cursos de qualificação profissional na modalidade EaD, possui oito cursos distribuídos entre técnico, graduação ou pós-graduação, totalizando 1.133 vagas ofertadas em seis campus dos seus 22 campus. A maior parte dos cursos superiores é de pós-graduação, sendo somente um curso de graduação: a Licenciatura em Matemática do Câmpus Tubarão. Nos últimos quatro anos os cursos na modalidade EaD têm contribuído com aproximadamente 10% das vagas totais do IFSC enquanto o número de concluintes tem representado aproximadamente 25%. Esse fenômeno pode estar associado a maior familiaridade dos alunos da modalidade com as ferramentas e metodologias inerentes à Educação a Distância durante o período pandêmico.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 assume que o IFSC precisa incentivar e propiciar uma série de condições para a oferta de cursos EaD, com ações de formação, regulamentação, infraestrutura, especialmente tecnológica, e estruturação de equipes multidisciplinares, além de assessoramento e orientação na elaboração de Projetos Pedagógicos de Curso.

Em conformidade com a Resolução CEPE 72/2020, os cursos na modalidade EaD devem apresentar material didático adequado, respeitando a linguagem dialógica que caracteriza a EaD; estratégias adequadas de interação que contemplem as especificidades de comunicação dos alunos, utilizando recursos de acessibilidade que

contribuam para a inclusão educacional; produção e organização no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) dos materiais e das atividades de estudo e avaliativas (presenciais e virtuais), realizados no semestre ou bimestre anterior ao início da oferta; e outros documentos e processos que caracterizam as atividades de ensino e aprendizagem.

Deste modo, cumpre destacar que a oferta de cursos EaD, em 2022, no IFSC, constituiu-se por 17 cursos de qualificação profissional, 1 curso técnico subsequente, 1 licenciatura e 8 especializações (pós-graduação *lato sensu*) (Tabela 1) entre os 19 campus credenciados como NEAD, todos com sede em diferentes municípios do estado de Santa Catarina.

**Tabela 1:** Cursos em Oferta de Educação à Distância (EaD) no Instituto Federal de Santa Catarina EaD em 2022.

Cursos em Oferta EaD – 2022 – IFSC		
Categoria	Curso	Campus
Licenciatura	Matemática	Campus Tubarão
Especialização	Docência para Educação Profissional	Campus São Lourenço do Oeste; Campus Jaraguá do Sul-Centro; Campus Criciúma; Campus São Carlos; Campus Gaspar; Campus Caçador; Campus Canoinhas; Campus Tubarão; Campus Chapecó; Campus Araranguá.
	Ensino de Ciências e Matemática	Campus Florianópolis
	Ensino de Ciências	Campus Florianópolis
	Ensino de Língua Estrangeira para a Educação Básica	Campus Florianópolis-Continente
	Gestão de Serviços de Saúde	Campus São Miguel do Oeste; Campus São Carlos; Campus Lages; Campus Itajaí
	Gestão Pública para Educação Profissional e Tecnológica	Campus Jaraguá do Sul-Centro; Campus Canoinhas; Campus Chapecó; Campus Xanxerê; Campus Caçador; Campus Araranguá; Campus Tubarão; Campus São Carlos; Campus Criciúma; Campus Lages.
Mídias Integradas na Educação	Campus Xanxerê; Campus Joinville; Polo Lages; Polo Jaraguá do Sul; Polo Caçador; Polo Criciúma; Polo Araranguá	

	Tecnologias para Educação Profissional	Campus Canoinhas; Campus Jaraguá do Sul-Centro; Campus Florianópolis-Continente; Campus Caçador; Campus Criciúma; Campus Chapecó; Campus Araranguá; Campus São Carlos; Campus São Lourenço do Oeste; Campus Tubarão; Campus São Miguel do Oeste.
Técnico-subsequente EaD	Desenvolvimento de Sistemas EaD	Campus Lages
Curso de Qualificação Profissional	Desenvolvedor de Aplicativos Android por meio da Programação em Blocos	Campus Florianópolis
	Treinamento para Manipuladores de Alimentos	Campus Florianópolis – Continente
	Educação Ambiental Crítico-transformadora no contexto escolar	Campus Florianópolis-Continente
	Empreendedorismo e Gestão de Pequenos Negócios	Campus Gaspar; Campus Tubarão
	NR 10 Básico	Campus Itajaí
	Circuitos Pneumáticos e Eletropneumáticos – Básico	Campus Jaraguá do Sul
	Introdução à Programação de Computadores	Campus Jaraguá do Sul
	Introdução ao Desenvolvimento Front-End para Web	Campus Jaraguá do Sul
	Meliponicultura Conservacionista	Campus Jaraguá do Sul
	Programação para Dispositivos Móveis	Campus Jaraguá do Sul
	Língua Brasileira de Sinais (Libras) - Níveis I, II, III e IV	Campus Palhoça Bilíngue
	Inglês A1	Campus São José
	Desenvolvimento de Aplicativos Básicos para Celulares e <i>Tablets</i>	Campus São Lourenço do Oeste
	Gestão Estratégica Programador Web	Campus São Lourenço do Oeste Campus Tubarão
Aditivos e Coadjuvantes Enológicos	Campus Urupema	

Fonte: Elaborada pelos autores com base no Portal do IFSC em 2022.

Internamente, houve algumas recentes alterações organizacionais acerca da oferta dos cursos EaD no IFSC:

Desde que a Portaria 713/2021 foi publicada, a reestruturação do Cerfead vinha sendo discutida no IFSC[...] A grande mudança a partir da resolução é a transferência da oferta de cursos para o Câmpus Florianópolis por meio da criação do Departamento de Desenvolvimento Educacional, vinculado à Diretoria de Ensino do Câmpus Florianópolis. Até que seja realizada a revisão institucional do POCV do IFSC, 29 servidores efetivos do IFSC e mais cinco docentes substitutos ficam lotados a esse departamento. Oito servidores do Cerfead permaneceram na Reitoria e três foram removidos para outros campus (IFSC, 2022).

A Gestão do IFSC decidiu publicar a resolução nº 31/2022 ad referendum - que ainda passará pela apreciação do Consup. Por meio da referida Resolução, a administração do IFSC criou o Departamento Acadêmico de Desenvolvimento Educacional (DADE) vinculado ao campus Florianópolis, alocando ofertas educativas de cursos à distância, bem como parte do quadro docente e técnico administrativo referente a esta unidade organizacional (IFSC, 2022). Desta forma, enquanto a oferta de cursos na modalidade a distância passa a ser realizada exclusivamente pelos campus, a Reitoria deve seguir com o Centro de Referência em Formação e Educação a Distância vinculado à Pró-reitoria de Ensino, articulando e implementando a política de formação e educação a distância para todo o IFSC.

Deste modo, denota-se a relevância historiográfica do presente estudo, uma vez que atingiu seu objetivo geral ao analisar os processos que norteiam a gestão pública, permeada pelo viés democrático, de cursos na modalidade EaD do Instituto Federal de Santa Catarina. Além disso, considerando o diálogo com os autores apontados na pesquisa bibliográfica, foi possível identificar as potencialidades de democratização do ensino através da interiorização dos campuses do IFSC e das peculiaridades do ensino mediado pela tecnologia, que transpõe barreiras temporais e geográficas.

## 5 DELIBERAÇÕES DO ESTUDO

Conforme pesquisa exploratória realizada em documentos normativos de público acesso, disponibilizados no Portal do IFSC, foi possível analisar como vem ocorrendo a Gestão Pública dos cursos a distância desta instituição. Isto porque, todos os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil possuem um Estatuto e um Regimento Geral próprios, além de outros instrumentos legais que norteiam sua atuação.

Entender também de qual forma a Educação a Distância vem se popularizando e sendo aliada no processo de expansão dos IFs, possibilitou evidenciar o importante trabalho de interiorização do IFSC e consequente interesse em equipá-los para tornarem-se NEAD.

A Gestão Pública, em uma perspectiva democrática, se constrói e tem por finalidade atingir o interesse público. Desta forma, um dos documentos mais explorados nesta pesquisa foi o Plano de Desenvolvimento Institucional, previsto no Decreto nº 9.235/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

O PDI é um documento obrigatório para as IES, destinado a apresentar as estratégias que serão adotadas nos próximos 5 anos, com vistas a atingir metas e objetivos (SANT'ANA, 2017). O PDI do IFSC mais recente tem vigência entre os anos 2020 e 2024. Os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, mediante autorização do Ministério da Educação, podem ofertar diferentes tipos de cursos de EPT, além de licenciaturas, bacharelados e pós-graduação stricto sensu. Desta forma, o PDI vem ampliar suas estratégias de planejamento.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho permitiu apresentar como vem ocorrendo a gestão dos cursos a distância dentro do IFSC. Além disso, através do acesso ao Portal de cada um dos Campi, foi possível mapear toda a oferta de cursos a distância da instituição no ano de 2022. Evidenciou, desta forma, como a expansão e interiorização do IFSC está aliada à modalidade de ensino a distância com o objetivo de democratizar e ampliar o acesso a uma educação pública e de qualidade.

No contexto da gestão pública, esta pesquisa promove uma exposição das estratégias de gestão e institucionalização da EaD no IFSC. Deste modo, promove o fomento às boas práticas de administração desta modalidade para que sua expansão seja sinônimo de qualificação profissional e difusão da educação tecnológica para o público beneficiado com a flexibilidade geográfica e de gestão do tempo advindos da EaD.

## REFERÊNCIAS

**BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.**

Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm).

Acesso em: Acesso em: 12 de outubro de 2022.

**BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: Acesso em: 12 de outubro de 2022.

**BRASIL, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 12 de outubro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 12 de outubro de 2022.

FERREIRA, Valdivina Alves; SILVA, Celeida Maria Costa de Souza e. Políticas Públicas de Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio: Apontamentos Sobre a Rede Federal de Educação Profissional. **Revista Educativa** - Revista de Educação, Goiânia, v. 22, p. e7073, fev. 2020. ISSN 1983-7771. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/7073> Acesso em: 27 de março de 2023.

FERREIRA, Marcello; CARNEIRO, Teresa Cristina Janes. (2015). A institucionalização da educação a distância no ensino superior público brasileiro: análise do Sistema Universidade Aberta do Brasil. **Educação Unisinos**, 19(2), 228-242. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2015.192.07> Acesso em: 27 de março de 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5a ed. São Paulo: Atlas, 2010, cap. 4, p. 41-42.

IFSC, **Regimento Geral**. 2014. Disponível em: [https://www.ifsc.edu.br/documents/23591/0/Resoluo\\_n\\_54\\_-\\_REGIMENTO\\_GERAL\\_DO\\_IFSC.pdf/456a7dcf-f906-4413-b89b-599e02f488e0](https://www.ifsc.edu.br/documents/23591/0/Resoluo_n_54_-_REGIMENTO_GERAL_DO_IFSC.pdf/456a7dcf-f906-4413-b89b-599e02f488e0) Acesso em: 12 de outubro de 2022.

IFSC, **Portal do IFSC**. Pró-reitoria de ensino. Cerfead. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/cerfead>. Acesso em: 12 de outubro de 2022.

IFSC, **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024**. Ano 2020. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/pdi>. Acesso em: 26 de outubro de 2022.

IFSC, **Resolução nº 54/2010/CS**. Resolve aprovar, o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, conforme Anexo I. Disponível em: [https://www.ifsc.edu.br/documents/23567/0/Resoluo\\_n\\_54\\_-\\_REGIMENTO\\_GERAL\\_DO\\_IFSC+%281%29.pdf/85c38c46-3864-4b28-a9d9-f0838cdb8a0d](https://www.ifsc.edu.br/documents/23567/0/Resoluo_n_54_-_REGIMENTO_GERAL_DO_IFSC+%281%29.pdf/85c38c46-3864-4b28-a9d9-f0838cdb8a0d). Acesso em: 26 de outubro de 2022.

IFSC, **Resolução nº 028/2009/CS**. Resolve aprovar o Estatuto do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Disponível em: <http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%82%20-%20ESTATUTO.pdf>. Acesso em: 26 de outubro de 2022.

IFSC. **Resolução nº 72/2020/CEPE**. Estabelece diretrizes para a oferta de cursos e componentes curriculares na modalidade a distância no âmbito do IFSC. Disponível em: <https://sig.ifsc.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=1483611&key=81455f66e0f6381819f8a228aa9602bf> Acesso em: 26 de março de 2023.

JOYE, Cassandra Ribeiro; ARAÚJO, Régia Talina Silva. Percursos para institucionalização da EaD no IFCE: a construção de uma sistêmica de gestão. Horizontes - **Revista de Educação**, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 19–39, 2019.

Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/10545>  
Acesso em: 27 de março de 2023.

LIMA, Daniela da Costa Brito Pereira; CRUZ, Joseany Rodrigues. Institutionalization of Distance Education in Brazil: from Conceptualization to its Development. **Video Journal of Social and Human Research**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 49–57, 2022.

Disponível em: <https://vjshr.uabpt.uema.br/index.php/vjshr/article/view/15>. Acesso em: 22 de dezembro de 2022.

MORAN, José Manuel. **Contribuições para uma pedagogia da educação online**. In: SILVA, Marco (org.). Educação online: teorias, práticas, legislação, formação corporativa. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

NASCIMENTO, Cinara Ourique do; RODRIGUES, Sheyla Costa. A Educação a Distância como oportunidade de formação profissional e tecnológica. **RIED**. Revista Iberoamericana de Educación a Distancia, vol. 17, núm. 2, 2014, pp. 151-171.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3314/331431248008.pdf> Acesso em: 27 de março de 2023.

NETO, Azevedo De Oliveira; AZEVEDO, Rosa Oliveira Marins; ARIDE, Paulo Henrique Rocha. Trabalho Como Princípio Educativo: Uma Busca Pela Definição Do Conceito E Sua Relação Com O Capitalismo. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 43-55, 2018. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/387> Acesso em: 27 de março de 2023.

NUNES, Istefani de Sá; CAFFÉ FILHO, Hesler Piedade. Perspectivas e Desafios da Gestão Pública Contemporânea /. ID on line. **Revista de psicologia**, [S.l.], v. 13, n. 45, p. 715-733, 2019. ISSN 1981-1179. Disponível em:

<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1776> Acesso em: 27 de março de 2023.

NUNES, Andrieli de Fatima Paz; SILVA, Deoclécio Junior Cardoso da Silva; CAMPOS, Simone Alves Pacheco de. Institucionalização da Educação a Distância: em que processo de institucionalização estamos? **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences, v. 43, e58114, 2021. Doi: 10.4025/actascihumansoc.v43i2.58114.

OLIVEIRA, João Ferreira de; LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. As políticas públicas estatais e o campo da educação a distância: Disputas e perspectivas em torno da qualidade. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 30(32), 2022.

Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/6572> Acesso em: 27 de março de 2023.

PNP. **Plataforma Nilo Peçanha**. Edição 2022. Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp/edicoes-1/ano-2022> Acesso em: 27 de março de 2023.

SANT'ANA, Tomás Dias; et al. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI: um guia de conhecimentos para as Instituições Federais de Ensino**. / Tomás Dias Sant'Ana... [et al]. – Alfenas: FORPDI, 2017. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-25092009-163728/pt-br.php> Acesso em: 27 de março de 2023.

SANTOS, Catarina de Almeida. **A expansão da educação superior rumo à expansão do capital: interfaces com a educação a distância**. 2008. Tese

(Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Acesso em: 12 de outubro de 2022.

SOARES, Cleberton Carvalho; MENENDEZ, Danielle Amaral; MENENDEZ, Andrés Ignacio Martinez. Indicadores de oferta da Educação à Distância na rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica após 10 anos de institucionalização. **Revista Paidéi@**. Unimes Virtual. v. 13, n. 23, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unimesvirtual.com.br/index.php/paideia/article/view/1137>. Acesso em: 12 de outubro de 2022.

SOLIGO, Eduarda Pinto. Educação Superior a Distância no Brasil. **Análise descritiva das características socioeconômicas dos alunos do EaD pelo viés do Enade (2011-2019)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Economia e Desenvolvimento, PUCRS. 2021. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/9672>. Acesso em: 12 de outubro de 2022.

URBANETZ, Sandra Terezinha; BASTOS, Eliana Nunes Maciel. A Gestão Democrática E A Educação Profissional E Tecnológica A Partir Dos Pressupostos Freireanos. **Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação**, 37(2), 921–937, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/112318> Acesso em: 27 de março de 2023.

VEIGA, Delnice Cardoso Alves; OLIVEIRA, Josiene de Souza Almeida. EaD Como Democratização Do Ensino Superior Na Cidade De Santo Antonio De Jesus Na Bahia. **Revista Valore**, [S.l.], v. 4, p. 203-214, jan. 2020. ISSN 2526-043X. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/364> Acesso em: 27 de março de 2023.

VITARELLI, Mariana Marrara et al. A Relação dos modelos teóricos da Administração Pública e as competências socioemocionais: um estudo de caso no comitê local de gestão de riscos do Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p.162-184, setembro-dezembro 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/80590> Acesso em: 27 de março de 2023.